



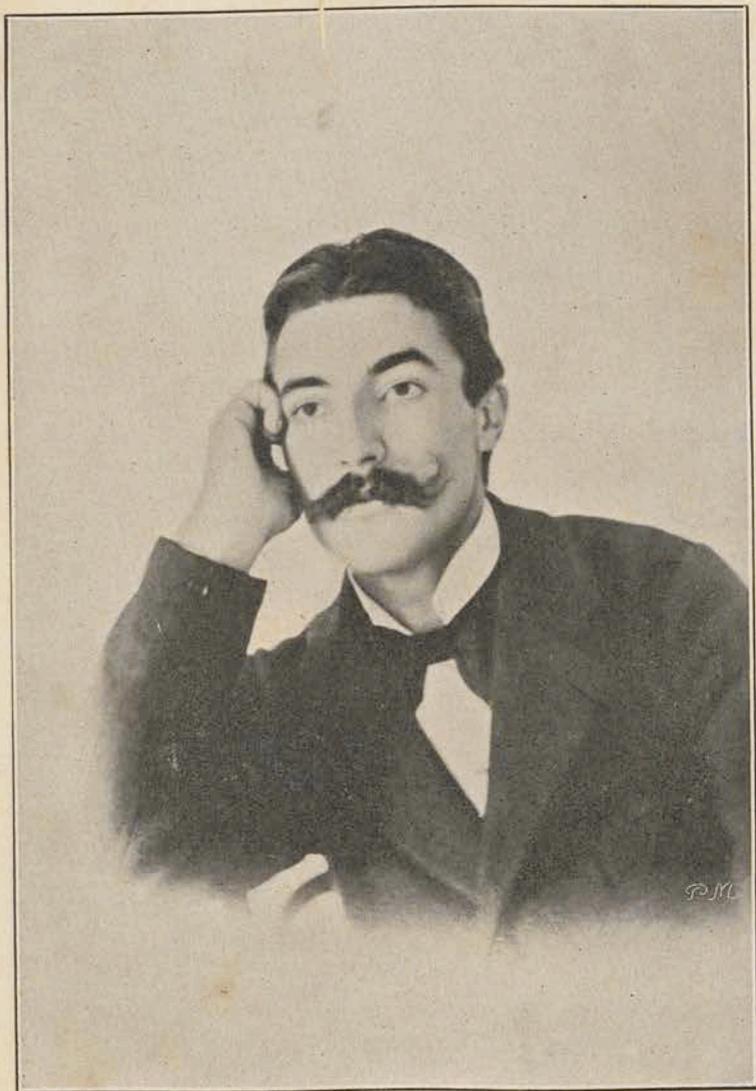
Mensario de inquerito  
à vida alentejana

Numero avulso, 10 centavos

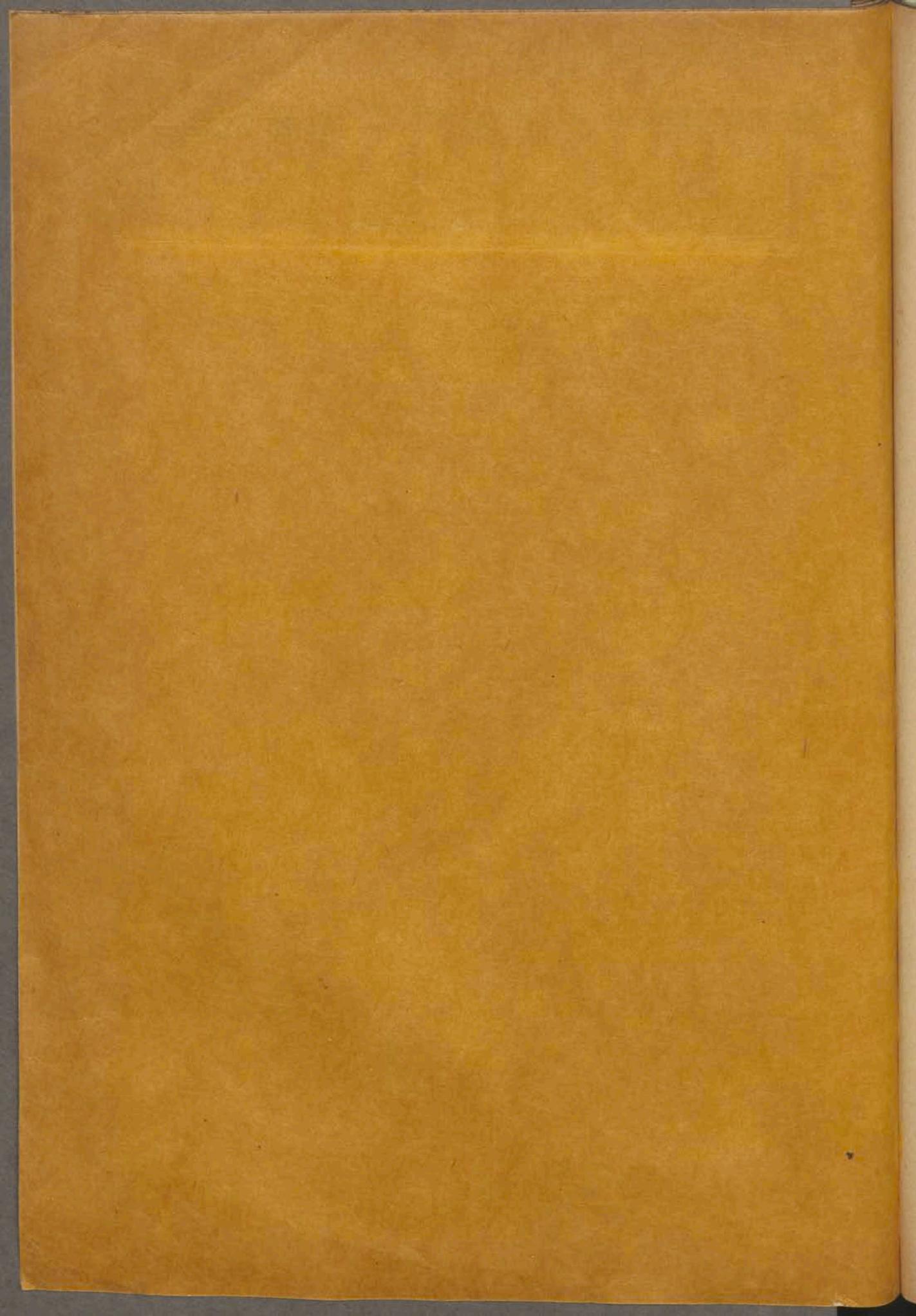
3

ANNO I  
Setembro de 1916

LISBOA



JOSÉ DURO



# TERRA NOSSA

Anno I

Propriedade da «Empreza da Terra Nossa»

N.º 3

DIRECTOR LITTERARIO: Antonio Lobato Adegas

DIRECTOR ARTISTICO: Luis Chaves

REDACTORES EFFECTIVOS:

Theophilo Junior e Mendes de Brito

EDITOR: José Niny Mexia

Redacção e Administracção: Rua de D. Pedro V, 159, 3.º

LISBOA

Composiçào e impressào: Typographia do Annuario Commercial

Praça dos Restauradores, 24 — LISBOA

## SUMARIO

Paginas alentejanas (Beja), A Torre da Homenagem — Gente alentejana (José Duro), *Theophilo Junior* — A ceifeira, *Fernando Pessoa* — A Vida (inedito, autographo), *José Duro* — O colleiro de Portugal, *Brito Camacho* — Bucolica (inedito), *José Duro* — Archeologia artistica (O Pelourinho de Extremoz), *Luis Chaves* — Carpideiras do Sol morto, *Antonio Ferro* — Dialectologia alentejana, *Agostinho Fortes* — Sinfonia da Rainha-Morte, *Martinho Nobre de Meilo* — Sinfonia do Silêncio, *Cesar de Frias* — Eça de Queiroz em Evora, *Lobato Adegas* — Ponto final.

## PAGINAS ALENTEJANAS

### BEJA — A Torre da Homenagem

«A Torre está erecta junto á Porta de Evora, quasi ao poente da Cidade: na base he um quadrado perfeito e eleva-se em tres corpos, que sahem uns dos outros, medindo todo desde o chão até ás extremidades das ultimas ameias cento e oitenta palmos: a sua largura no primeiro corpo he de cinquenta e cinco palmos, tendo d'altura até o terrado cento e vinte oito palmos: — o segundo corpo mede trinta e quatro e meio palmos de alto, e o ultimo dez e meio ditos. Contém o primeiro duas sallas fechadas de abobada, uma por cima da outra, a inferior oitavada, e a superior de forma quadrada, com vinte e tres palmos de largo, n'esta ha quatro janellas, uma em cada face; sendo a do Norte mais alta e em forma de varanda. . .; as outras tres são divididas com uma columna ao meio formando dois angulos pontagudos á gothica. No segundo corpo ha outra salla com uma unica porta que dá para o terrado. O terceiro (em continuacção do segundo por duas faces) tem um terrado de 12 palmos por cinco de largura, ao qual dá serventia uma escadinha de pedra do lado do Occidente.

Na primeira secção da Torre, que indicámos, vê-se uma cimalha, saliente cinco palmos da face da parede e ainda mais nos cantos; o vão é fechado por um parapeito de seis palmos de alto e quasi um e meio de grosso, guarnecido em toda a circumferencia por sessenta columnellos quadrados, mas com as cabeças agudas, e que formão as ameias; nos cantos dos terrados, e na parte mais

saliente da cimalha, bem como na varanda da segunda salla, correspondendo aos intervallos dos cachorros que a sustentão, existem buracos redondos com um pé de diametro, que mostrão ser abertos, não só para vigiar, como tambem para despendir armas de arremesso e outros defensivos contra os inimigos que se approximassem da raiz da Torre: nas duas secções superiores ha iguaes ameias com proporções mais diminutas: alguns columnellos ao norte a ao poente estão derribados como o parapeito e cimalha intermedia, tanto pela violencia de um raio, que tocou por aquelle lado como por alguns presos, que encarcerados na Torre se divertião em destruil-os: é esta a unica, se bem que pequena, ruina que em toda a construcção se descobre. . .

Alem das tres sallas ou pavimentos ha vestigios de casas quasi subterraneas, que se communicavam com outros edificios, de que se conserva tenue parte, e inculcão ter sido o paço, que dizem fundára D. Diniz na contiguidade da Torre, e formava o lado septentrional de uma praça hoje cheia de entulhos e ruinas, para a qual se entra por duas portas de arcos tendo no intervallo de ambas um sufficiente pateo.»

*Panorama*, n.º 52 de 24 de Dezembro de 1843. Transcriçào em: *Beja no anno de 1845*, por José Silvestre Ribeiro, Funchal, 1847, pag. 3 a 6.

# GENTE ALENTEJANA

## JOSÉ DURO

No momento preciso em que a Mãe do Poeta descia á sepultura impunha-se-me o dever de rabiscar n'um artigo de critica litteraria algumas considerações d'homenagem a José Duro.

N'esta idiotia collectiva que é a quasi inteiramente exacta expressão da vida mental portugueza contemporanea recordar José Duro é recordar *alguem*. José Duro é um esquecido. Tem-o affirmado a miudo o sr. Albino Forjaz de Sampaio sem aquella nota d'atreuimento escandaloso que caracteriza por vêses o seu feito e de justiça é que se reconheça tê-lo affirmado com razão. Não ha maneira d'impôr José Duro á desorientação gustativa d'uma arte que não entende a arte d'outros tempos e que, não muito raramente a si propria se não entende afinal. Num paiz onde não ha leitura consciente o caso de José Duro é um caso vulgar. Impõe-se João Deus, impõe-se o sr. Lopes Vieira, impõem-se mesmo creaturas sem jus algum á nossa estimação e o nome d'homens como Silva Cordeiro — o professor illustre que na Universidade de Lisboa foi o maior dentre os maiores — é absolutamente desconhecido e o nome de José Duro passa fugidamente sobre os labios desdenhosos de todos os *baudauds* da arte portugueza.

Este esquecimento criminoso não é um facto casual. Tem determinantes reconhecidos por aquelles que vêem com olhos de ver e filia-se na deficiencia absoluta da critica jornalística e na desvantagem que teve o poeta de não possuir uma geração. Em Portugal as grandes mentalidades são feitas no jornal.

Não se exige valor especifico e merito pes-

soalisado, exige-se apenas uma concha lustral d'agua benta lançada de sobrepeliz e estola pela imprensa quotidiana. Ora eu não desejo negar que os jornaes portuguezes acolheram bem a estreia de José Duro. Morto o poeta, porém, e effectuadas, que fôram as ceremonias funebres que a litteratura não dispensa no seu ritual costumado, rezadas as banalidades do estylo, o seu nome adormeceu no esquecimento. Só um ou outro caturra de paladar hyper-sensivel o veio a espaços lembrar. Santos Tavares em junho de 1904, Albino Forjaz de Sampaio, o carinhoso amigo do grande artista a cujos bons esforços se deve a segunda edição do *Fél*, em janeiro de 1909, em janeiro de 1914 e em março do mesmo anno, Antonio Aurelio da Costa Ferreira em abril de 1914 e Mayer Garção em maio do mesmo anno. Taes foram as amoraveis vozes que desfolharam goivos sobre o coval do poeta e d'elle disseram as saudades que a sua arte esquecida conseguira sugerir-lhes. Tambem a minha pena barbara duas vêses o recordou: n'um jornal de Portalegre cuja data n'este momento não consigo fixar de memoria e d'uma maneira accidental n'um comentario á obra de Fialho que no semanario d'Elvas a *Fronteira* apressadamente escrevi.

Se o pobre do José Duro tivesse ao menos ao seu dispôr e em seu serviço a socialização escolar de Coimbra onde o intercambio mental se realisa e a dispersão dos nomes se facilita pelas tendencias quasi homogeneas da academia, esta circumstancia compensaria o silencio da imprensa a seu respeito. Mas não. José Duro nunca armou

em Coimbra a sua tenda de phantasista, nunca atravessou como escolar a porta-ferrea de tradicionaes recordações. Nascido em Portalegre em 1872 ahi iniciou a sua educação litteraria ao depois continuada no Porto e em Lisbôa. N'estes dois ultimos meios as expressões artisticas sem audacia não vingavam abrir clareira no rotineirismo banal da politica e da mercearia. O artista contemplativo cujas azas não ruffavam com guisos de chamaril abafava a individualidade na massa amorpha do transeunte e perdia a figura d'asceta nos encontrões da multidão. Nem o Porto nem Lisbôa conseguiam sellar com chancellia protectora os monges da bellêsa que não sacrificam as tendencias mentaes á mediocracia dominante e por isso José Duro que era assim a modo que um *trappista* do Ideal no isolamento do seu mosteiro de marfim veiu a falhar inteiramente n'uma sociedade onde o bem estar se conquista com peculatos ou suicidios porque o espirito de collectividade amigavel dos seus intimos não chegou para o amparar, não chegou para o impôr.

Em 1895 publicava o soneto *A Morte* que na segunda edição do *Fél* os olhos que me attendem poderão lêr. Em 1896 publicava o soneto *Divina Pastora* impeccavel de technica e de inspiração. A seguir vieram as *Flores* livrinho d'hesitações com passos tremulos de principiante intimidado. Technicamente deixa bastante a desejar. No entanto ahi se divisam esboçadas já as futuras qualidades do grande artista. O verso é pictural, e em pincelladas de côr a imagem desabrocha, o lyrismo adoravel entra a desenhar-se e toda a claudicante metrica do poemeto perpassa impregnada d'aquella tristêsa vaga e persistente que a tuberculose lhe imprimiu. Em 1898, finalmente, o *Fél* appareceu. A actividade escolar de José Duro localisa-se em Portalegre, no Porto e em Lisbôa. Em Portalegre, José Duro no lyceu marcára como intelligencia.

No Porto e em Lisboa escolarmente baralha-se na multidão. Um amigo intimo do Poeta e meu amigo tambem, Emilio Costa,

diz que para a gente de valor o caso de José Duro é a regra geral e a mim não me repugna acreditar na afirmação quando responde por ella o analysta profundo que foi Eça de Queiroz. *Resistir pela cabula ao rasoiramento official* não sendo indicio axiomático de bons costumes é todavia ordinariamente indicio axiomático d'uma intelligencia invulgar. E José Duro *resistiu*. José Duro frequentou em Lisbôa a Escola Polytechnica e o Curso Superior de Lêttras. Antes de o bacillo de Koch lhe minar a existencia, quero dizer antes do corvo de Poë lhe roçar a aza negra pela janella José Duro como creatura sã que habita uma viella de miserias era de certo um revoltado social. O seu feitio porem, se julgar seguras as informações que colhi, dista uma distancia enorme do poeta que todos nós conhecemos. Era alegre, affavel, communicativo, conversador, possuindo uma graça fina e leve que dispersava perdulariamente pelas convivencias que o rodejavam, Fazia do «Gello» d'ordinario o seu centro de conversação. Nota muito característica do seu caracter foi uma economia severa possivelmente exagerada até. José Duro não era pessimista por temperamento nem pessimista por educação. Só na ultima phase da vida foi pessimista, se pessimista foi, por necessidade.

A these que Mettchinikoff defendeu no seu livro *Etudes sur la nature humaine* supponho que encontra em José Duro uma razoavel exemplificação. Necessidades intellectuaes sobreexcitadas pela communicação do botequim levaram-no a ler muito e a ler tudo mas não foi segundo parece a leitura quem lhe modelou o temperamento final, antes a doença lhe deu a mão guiando-o através d'aquelle tedio amarello e d'aquella roxa tristesa com que aguarellou cuidadosamente a artefactura dos seus versos. Toda a morbides artistica de José Duro é portanto consequencia da doença que o conquistou doença conjugada com circumstancias dificeis da vida que não é aqui opportuno e seria talvez indelicado relatar.

E'-me possivel avaliar a producção lit-

teraria do saudoso morto não só pelo «Fel» que circula no mercado senão que também pelos ineditos que d'elle se conservam. Devido á captivante amabilidade de seu primo Antonio Duro da Silva, que é um poeta também — passaram-me pelas mãos religiosa e carinhosamente os seus papeis. D'elles tracearei um commentario superficial na altura devida do estudo que estou fazendo.

O «Fel» como o leitor ajuizado o teria pensado já, não é um livro litterariamente original porque accusa com nitidês todas as paginas em que o seu auctor se influenciou. Entre os papeis ineditos de José Duro ha esta passagem curiosa d'uma poesia incompleta que peço licença para citar:

«A minha alma tinha frio e a alma de Cesario  
Acolheu-m'a sorrindo á sombra dos seus versos  
Depois fui ler Junqueiro e li também Anthero  
Os dois a quem eu amo, os dois a quem eu quero».

A ascendencia litteraria do meu Poeta encontra-se em Cesario em Junqueiro em Anthero com precisão assignalada. Não se restringe porem a essas tres grandes figuras da poesia portugueza nem seria necessario o poeta rimar as suas tendencias para nós as divisarmos.

Eu, pelo menos, e não sou dos mais argutos nem dos mais intuitivistas notei-as sem dificuldades. A obsessão do corvo é uma sugestão do incomparavel Edgar Allan Poë o admiravel, o musical cinzelador da «Annabel Lee» cujos livros o poeta do «Fel» folheava com carinho. O fatidico «never more» entorpeceu-lhe o cerebro onde haviam florido roseiras d'esperança desde que aos dezoito annos, se não estou em equivoco involuntario, o phantasma da Morte cavernando-lhe os pulmões lhe enlutou a phantasia. Rimbaud e Rollinat foram por egual seus mentores espirituaes. Beaudelaire ocorre-nos á memoria quando lemos as «Flores maldictas» e quando resamos a poesia «Doente». Sabemos que leu também Bartrina o delicioso Bartrina do «Algo» e o pitoresco Campoamor mas se o espirito se lhes afeiçãoou não encontro na obra de José Duro signaes da sua afeição.

Transitando porem das influencias d'alem fronteira para o grupo d'artistas portuguezes maximamente assimilados pelo auctor do «Fel» justo é que se diga que alem dos já apontados — Cesario, Junqueiro e Anthero — a educação da sensibilidade poetica do meu illustre comprovinciano se executou também em Antonio Nobre «o feiticeiro singular» no sr. Julio Dantas «Nada» e em Thomaz Antonio Gonzaga Ródrigues Lobo, Christovão Falcão e Bernardim. E' d'uma intuição elemental para quem me ler que eu não aponto estes nomes consagrados como victimas cruciantes de plagiatos de José Duro. Não meus senhores. José Duro não plagiou.

Como com todo o artista, digno de ser artista com José Duro verificou-se apenas aquella lei d'esthetica que o velho, ajuizado e equilibrado Taine nos desenhou nas suas primeiras paginas da Philosophia da Arte — dependencia da laboração mental d'um homem do meio intellectual em que viveu.

Assim, devemos juntar a meu ver á trilogia dos «poetas da tristêsa»: Cesario, Anthero e Antonio Nobre, José Duro também. E todavia a tristêsa de José Duro é notavelmente especifica e particular. A tristêsa de Cesario é toda de filiação social. Anthero possuiu o tedio philosophico e as suas elegias como o fumo do seu tabaco accusam a inconsistencia da abstracção. Antonio Nobre — a maior sensibilidade artistica dos ultimos annos encadernada n'uma technica por vêzes desigual e inferior — esse dispunha da tristêsa delicada que só uma educação caracteristica nos permite usufruir. José Duro foi, como toda a gente verifica, a tristêsa natural. E' preciso estar-se tuberculoso nas condições em que esteve o meu poeta para, d'ólhos nos ólhos spectraes da Morte se escrever o «Doente». Facto para se observar com determinada extranhêsa é o alheamento de José Duro da obra de Eugenio de Castro. O periodo de fecundidade intellectual d'Eugenio de Castro começa em 1884 e chega até aos nossos dias. Em 1890 publicava os «Oaristos» e em 1891 as «Horas» que a irreverencia altiva de Fialho esfarr-

pou nos «Gatos» analysando o decadentismo d'intra-muros depois de commentado o decadentismo lá de fóra.

Não supponho curial admittir que José Duro desconhecesse Eugenio. Que razões especiaes limitariam a sympatia do meu poeta pela obra do poeta da «Salomé», eis ahi um problema interessante cuja solução apenas em hypotheses subjectivissimas poderia firmar.

Existe um aspecto de José Duro semi-oculto para os meus leitores e absolutamente desvendado para mim. Em José Duro não ha apenas a imagem com arrojões de symbolo e aquelle tedio fatal que lhe invadiu o cerebro pelos pulmões. José Duro foi tambem um lyrico, um bucolista, d'uma ingenuidade primitiva, flexuoso como a musselina e campesino como os pastores de Virgilio. A acção do sangue e da terra — José Duro não foi um *deraciné* — manifesta-se aqui. A «*Rustica*», o poema da esperanza, verde-esmeraldino é já uma exemplificação.

Um dos ineditos que acompanham este artigo documenta aquillo que affirmo. Os papeis de José Duro denotam uma phase graciosissima d'um Bernardim dos nossos dias com uma arte vasada em modelos superiores.

Devido á amabilidade d'uma pessoa de familia, como atraz referi, passaram-me pelas mãos os seus papeis. São poucos e fragmentados. Indicam o plano d'um livro. «*O Livro da Magdalena*» e ainda o plano d'outro livro «*Livro de Jôro*». Do «*Livro de Magdalena*» existem as poesias «*Oração antiga*», «*Unica*», «*Paiz do Sonho*», d'uma tessitura fluidica de luar, «*Regresso ao Reyno*», «*Balada dos olhos negros*», «*Tranças negras*» e devia existir tambem a «*Canção das velhinhas*» que, ou não foi composta ou desapareceu.

Ha um «Soneto» encimado por um ponto d'exclamação e escripto em 3o de dezembro de 97 á meia noite em ponto — no Cemiterio dos Prazeres. Em vês da assignatura do auctor tem a designação «Somos quatro». Ha versos dispersos, completos uns e incompletos outros.

Um d'elles começa assim :

«O meu amor encontrei-o  
Nos arminhos do teu seio...»

Outro começa :

«Bemdicto seja Deus, que Deus bemdicto seja»

Outro assim :

«Sou ceguinho d'alma»

E ainda outro assim :

«No morbido paiz do sonho...»

Algures, José Duro canta uma «*Adelina*» a quem diz :

«E's a Terra Santa da minha conquista  
Sou o teu cruzado  
O' Jerusalem aonde perco a vista  
Mais o meu cuidado.»

Li duas quadras, uma das quaes, muito linda não resisto á tentação de a transcrever :

«Eu julgo que tu és irmã das assucenas  
Que a tua voz eguala a voz das cotovias  
E é no teu olhar que nascem os meus dias  
E é no teu sorrir que esqueço as minhas penas.»

A poesia «*José*» presumivelmente incompleta abre d'esta maneira :

«O' minha Avosinha. Lua de janeiro  
Branca de cuidados  
Olha o teu netinho — faces de coveiro  
E ólhos encóvados...»

N'outro passo José Duro canta uns ólhos e a seu respeito cinzela uma das imagens mais delicadamente originaes que eu conheço na lingua portuguesa :

«Cordeirinhos mansos de que sou pastor  
Andorinhas negras do beiral d'um rosto.»

Os ineditos de José Duro merecem, embora poucos e truncados, o carinho d'uma compilação. Cuido que o sr. Albino Forjaz de Sampaio a deseja fazer e seria um pleonasmo asseverar-lhe aqui que prestará com isso um serviço muito prestimoso e muito grato á memoria do saudoso esquecido e á litteratura nacional. Em Portalegre, pessoas amigas fallaram-me na existencia d'um poema *ANATKA* e d'uma serie de sonetos «*A Aza do Corvo*». Nos manuscriptos que nos restam não lhes descobri a menor referencia. A familia do poeta ignora onde essas produções possam existir.

Se algum dos intimos de José Duro porventura recatadamente as guarda, bom seria

que as fizesse publicar, não representando o facto qualquer desdoiro para o grande artista do «*Fel*».

Diz-se que houve já quem se servisse de sonetos de José Duro para se arrrebicar com gallas que não possue. E' um precalço que succede a toda a gente, com talento ou sem elle, n'esta pobre terra de Portugal, triste alfobre d'atavismos excepcionaes.

A alma de José Duro, do Paiz do Alem, relevará aos pobres d'espírito as consequencias da sua estructura natural, como relevará de certo a este pobre amigo o modesto apontado de notas e commentarios que em sua homenagem, n'esta revista, sacrilegamente compôz.

Lisboa — 1916.

THEOPHILO JUNIOR.



## A Ceifeira

*Ella canta, pobre ceifeira,  
Julgando-se feliz talvez...  
Canta e ceifa e a sua voz cheia  
De alegre e anonyma viuvez*

*Ondula como um canto de ave  
No ar limpo como um limiar,  
E ha curvas no enredo suave  
Do som que ella tem a cantar.*

*Ouvil-a alegre e entristece,  
Na sua voz ha o campo e a lida,  
E canta como se tivesse  
Mais razões p'ra cantar que a vida.*

*Ah, com tão limpida pureza  
A sua voz entra no azul  
Que em nós sorri quanto é tristeza  
E a vida sabe a amor e a sul!*

*Canta! Arde-me o coração.  
O que em mim ouve está chorando.  
Derrama no meu peito vão  
A tua incerta voz ondeando!*

*Ah, poder ser tu, sendo eu!  
Ter a tua alegre inconsciencia  
E a consciencia d'isso! O' céu.  
O' campo, ó canção, a sciencia*

*Pesa tanto e a vida é tão breve!  
Entrae por mim dentro, tornae  
Minh'alma a vossa sombra leve!...  
Depois, levando-me, passae!...*

FERNANDO PESSOA.

A Vida

Tente como um fragatella de procelha  
Fugate pelo vento innocente  
Muita alma me, pela habel pabide,  
Na estira de formosa caravelha

Ja' me longa no Mar, e' frente d'Alma  
Quando meu ar, impuente, delorido  
Da mar mais repida que o meu sentido  
Murmura a mede archilhetal Danyella

4 Foge of Almas, o encanto que eu removo -  
Perde-se pelo Onda e vague em formos!  
Quanto aguar meu rante n'este mar -

Dede entre a minha alma unida sempre -  
No horizonte aguarado que e a morte sempre -  
Livista e ma' como um ministro ohar!

José Duro

## O celleiro de Portugal

Não acredita facilmente que somos um Paiz essencialmente agricola quem verificar, na Estatistica, a quantidade e o valor das substancias que importamos, em cada anno, para a nossa alimentação.

Desde 1899 que vivemos n'um regimen de protecção á cultura dos cereaes como não ha outro no mundo, e nem por isso deixamos de importar, annualmente, trigo, milho e arroz no valor de alguns milhares de contos. D'aqui teem inferido alguns criticos simplistas que a lei de 99 só foi util para os lavradores, insigne disparate que os factos põem na maior evidencia, e que a rasão condemnaria *à priori*, sem para isso se dar a torturas.

A verdade é que vivemos, a despeito da lei de 1899 em regimen de *deficit* cerealifero, a tal ponto que mesmo nos annos de abundantes colheitas, de excepcional productividade, como foi o de 1911, ainda precisamos importar algum trigo. Diga-se, antes de mais nada, que a industria agricola é, de todas as industrias, a mais contingente, e que a sciencia agronomica, d'uma rara complexidade, é uma sciencia por ora incompleta, não podendo fornecer-nos elementos exactos em materia de previsão.

A lei de 1899, a que illustres pataratas, sem a precisa noção das responsabilidades que lhes cabem pelos conceitos que proferem, teem chamado *lei da fome*, visou o intuito grandemente patriotico de emancipar o Paiz da tutela estrangeira, no que respeita a um artigo que é base da nossa alimentação. Um Paiz que se desvaneca pelo facto da sua independencia politica, não tendo assegurada a sua independencia economica, emballa-se numa illusão perigosa, como o incauto que se deixasse dormir em cama fôfa á beira d'um sorvedoiro. A guerra actual vem, tal-

vez, impôr ás nações a velha e esquecida formula individualista do *se suffire*, e se ha coisa em que um povo deva, por todos os meios, procurar não depender dos outros, é justamente no que diz respeito á alimentação.

A Industria propriamente dita e o Comercio são uma condição de fortuna; mas a agricultura é a propria condição da vida, é o phenomeno primordial da colectividade, que sem alimentação não pode subsistir — *Primum vivere* . . .

A lei de 1899 não inundou o Paiz de trigo, como talvez esperassem os seus auctores; mas fez com que desaparecessem, em poucos annos, quasi todas as charnecas alemtejanas, elevando-se a mais do triplo a produção d'este cereal, que é já hoje, pode dizer-se, a base da alimentação publica em todo o Paiz. É certo que á sombra da lei de 1899 se teem feito algumas grandes fortunas, e um numero verdadeiramente incalculavel de fortunas modicas, principalmente no sul do Paiz; mas o Estado tem colhido os correspondentes beneficios d'essa criação de riqueza por toda a forma, directa e indirecta de impostos, e os trabalhadores, como não podia deixar de ser, teem participado das vantagens da maior riqueza produzida.

Se pudesse ver-se, n'uma carta, a area cultivada, no Alemtejo, antes de 1899, e n'outra carta a area cultivada presentemente, na mesma provincia, a justificação da lei de 1899 estaria feita, bastando apenas, para dar realce á demonstração, comparar os salarios agricolas de ha 15 annos com os mesmos salarios de agora.

Será então licito concluir que a lei de 1899 já deu o que tinha a dar, e por que ainda vivemos no mesmo regimen de *deficit* cerealifero, haverá que pensar n'outro arti-

*ficio economico*, a menos que de vez renunciemos a fazer agricultura?

Nem uma coisa nem outra.

A lei de 1899 deve manter-se, devidamente revista e modificada, adaptando-a ás circumstancias do momento. Substancialmente ella tem de ficar, e mau serviço prestaria ao Paiz o Parlamento que a abolisse d'uma pennada, em homenagem a reivindicações de base rhetorica e sentimental, revolucionarias no mau sentido da palavra, e estupidas no rigoroso significado do termo.

No Alemtejo ainda se pode fazer a cultura extensiva; mas não ha que esperar d'ella grandes beneficios, sobretudo mantendo-se a sua insuficiencia de estradas, a sua carencia de trabalhadores, a sua falta de capitaes baratos. Ha que pensar, e de cada vez mais, em fazer alli a cultura intensiva, modificando ao mesmo tempo os processos culturaes. Extenso com é, dadas as qualidades do seu solo, e as circumstancias do seu clima, o Alemtejo pode muito bem ser o celeiro de Portugal, e para que o seja, nem sequer é preciso que a sua produção atinja a cifra realisada em paizes que a Natureza não dotou melhor para a cultura dos cereaes.

No lavrador alemtejano ha dois preconceitos, grandemente prejudiciaes á agricultura, e que é necessario desenraizar como se faz ás ervas daninhas. Um d'esses preconceitos é o da posse de terras, sem outra limitação que não seja a imposta pelo seu credito, isto é, pela sua capacidade de arranjar dinheiro emprestado; o outro é a vaidade de semear muito, uns poucos de *moios*, sem grandemente escrupulisar na escolha do terreno, e sem muito se preocupar com a respectiva technica industrial.

Pergunte-se a um lavrador alemtejano quanto lhe rende o capital que tem invertido em terras, e elle responderá imediatamente que lhe não rende mais de quatro por cento. Pois esse mesmo lavrador, se lhe offerecerem uma propriedade que *pegue* nas suas, para arrendondar, irá fazer um emprestimo a 8 por cento, e compral-a-ha satisfeitissimo, como se realisasse um optimo negocio.

Um lavrador de certa cathegoria, isto é, possuindo algumas herdades, julgar-se-hia deshonrado se não semeasse uns poucos de mois de trigo, alguns outros de aveia ou cevada, não ignorando, todavia, que essa larga sementeira a poderia reduzir de muitos hectares, sem que diminuise correspondentemente a produção. *Semear muito para colher muito* já não ha é formula do nosso tempo, mas ainda é a divisa de muitos lavradores, a isso levados mais por vaidade ingenua que por ignorancia do *métier*.

A cultura intensiva resolverá, definitivamente e sem artificios, o nosso problema cerealifero; mas ella presupõe uma educação que ainda nos falta, e exige um apetrechamento de que carecemos ainda.

O nosso lavrador, ao norte e ao sul do Paiz, já não é o mesmo rotineiro de ha quinze ou vinte annos, e propriedades ha, no Alemtejo, que se podem apresentar como excellentes modelos de exploração agricola. Nem por isso é menos verdade que ainda a cultura dos cereaes, d'uma forma geral, se faz com excessivo empirismo, e em muitas regiões por methodos e processos singularmente primitivos.

O que succede com os adubos chimicos é muito para se notar, por ser bem caracteristico. Facilmente os nossos lavradores adoptaram a pratica de taes adubos, e isso mostra que elles são capazes de progredir, aprendendo, desde que haja quem os ensine. Mas a triste verdade é que dos adubos se faz uma larga e pouco racional applicação, só um ou outro lavrador sabendo dar á terra os elementos de correcção de que ella precisa. A adubação que não é feita segundo as indicações d'uma rigorosa analise das terras, é um grosseiro empirismo, podendo ter resultados mais desfavoraveis do que uteis. E' evidente que se não dermos a uma terra os elementos de que ella carece para que augmente a sua produção, ella não deixa de produzir pouco; e se lhe dermos aquillo de que ella não carece, além de fazermos uma despeza inutil, arriscamo-nos a diminuir as suas aptidões para determinada produção.

Durante muito tempo, em Hespanha, fez-se a adubação dos arrozaes com o superphosphato de cal, saes de potassa e sulfato de amonia, acabando por se reconhecer que só o sulfato de amonia era capaz de tornar o arroz mais productivo. D'aqui uma pratica nova, no que respeita á adubação dos arrozaes, resultado d'ella um duplo ganho — menor despesa e maior produção.

Ha que resolver, em Portugal, o problema da irrigação, até agora estudado por bachareis formados em direito, como se elle fosse uma chicana juridica. No Alemtejo, por exemplo, cae uma grande quantidade d'agua, que não vai toda para o mar, levada pelos rios,

estando indicado que se façam *barragens e furos*, unica maneira de evitar que as *cheias* e as *infiltrações* só causem prejuizos.

Figure-se o que nos teria acontecido, por motivos de guerra, se a liberdade dos mares não estivesse assegurada pela Gran-Bretanha, diminutas como foram as nossas colheitas em 1914 e 1915, sendo um pouco mais avultada, mas ainda insufficiente, a do anno corrente!

E' necessario que olhemos seriamente para a Terra, e pois que ella pode garantir a nossa independencia economica, procuremos n'ella a base estavel da nossa independencia politica.

BRITO CAMACHO.



## Bucolica

(Inedito)

Pastora dos meus amôres  
Emquanto guardas teu gado  
Eu guardo só minhas dôres  
E ando do meu descuidado;

Que no amôr que me mostravas  
Quando me vias no prado  
Só me davas o cuidado,  
Cuidando que m'ô não davas.

E assim me fui costumando  
A soffrer... Que não soffria,  
Que em antes ao vir do dia,  
Já eu andava cantando.

Porem meus olhos, alfim,  
Desde que o dia amanhece,  
Choram por quem-n'os esquece  
Sem se lembrarem de mim...

Mas ao menos, por meus males,  
Que lagrimas tão suaves  
Choram de me ver as aves  
Choram de me ouvir os valles!...

Até choram, de meu chôro,  
Meus cordeiros pelas fragoas...  
Tudo chôra as minhas maguas  
As maguas do pobre lôro.

Só tu não choras por mi,  
Só tu não chôras, pastora...  
Ai! muito melhor me fôra  
Não me alembresse de ti...

Que não és merecedora  
D'este amôr sereno e brando,  
Que passa a vida penando  
Penando por ti, pastora.

(Do Livro de Jôro.)

JOSÉ DURO.

## Archeologia artistica

# O pelourinho de Extremoz

(Seculo XVI)

Escreveu algum dia Sousa Viterbo: «Se possuíssemos a necessaria competencia para escrever a historia da esculptura portuguesa, principiariamos por estabelecer quatro categorias ou grandes divisões: esculptura em pedra, em barro, em madeira e em metal.» Mais adiante acrescenta o complemento. «Cada uma d'estas grandes divisões poderia repartir-se em grupos subalternos. Assim a esculptura em pedra forneceria os seguintes grupos, cada um dos quaes daria logar a monographias interessantissimas: — pias baptismaes, e pias de agua benta; — cruzeiros; — pelourinhos; — pulpitos; — retabulos; — tumulos; — etc.» (1).

Aqui ficou esboçada uma serie de estudos de historia de arte portuguesa, e nella englobada a parte ou capitulo dos pelourinhos. O assumpto completar-se-hia, e igualmente nos demais grupos da classificação alphabetica de Sousa Viterbo, com a resenha estatística dos monumentos respectivos, onde, hoje, por maior parte, só o documento escripto poderia dar fé.

Disseminaram-se os pelourinhos por Portugal inteiro, o que levou o Conde de Raczynski a dizer: «les PELOURINHOS se rencontrent dans presque tous les bourgs du

Portugal» (1). Muitos, dos que antigamente houve, foram destruidos em 1834 pelos liberaes, que, a exemplo dos revolucionarios da França, os tomaram por «symbolo de oppressão e tyrannia» (2). Outros levou-os o cuidado das Camaras Municipaes pela «decencia e aceio publico» (3), pois foram elles «os monumentos que menos tem poupado o «ignaro camartello municipal» (4).

A par dos coutos, honras, commendas, estendiam-se no país, na Idade Media, os termos dos concelhos imperfeitos e perfectos (5). Os distinctivos da fundação do concelho e da sua autonomia municipal, era o pelourinho (6). Symbolo da sua jurisdicção, erguia-se na villa (7), enfrente dos Paços Municipaes. Como nem todos os municipios tinham organização jurisdiccional completa, com magistratura duunviral, certo só os que por direito foraleiro tivessem autonomia

(1) Raczynski, *Les Arts en Portugal*, Paris 1846, vid. pag. 423 a 426.

(2) Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 630. José Germano da Costa, *O Fundão*, quando se refere ao pelourinho. Cfr. Communicação do Visconde de Juromenha, a Raczynski, em *les Arts en Portugal*, in loco citato, de 27 de outubro de 1844.

(3) O de Sintra, *passim*: *Boletim da Ass. dos Arch. Civis e Archeologos Portugueses*, vol. X, 4.ª serie, n.º 4, pag. 152, nota 5, art.º de Antonio Mena Cesar Junior.

(4) Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, tomo X, pag. 624.

(5) Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, 6.ª ed. Lix.ª 1903, tomo III, pags. 299-300.

(6) Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, s. v. «pelourinho».

(7) Villa — povoação «— vicus, villa, dos Romanos, Alex. Herculano, id. id. III, 298, nota 2.

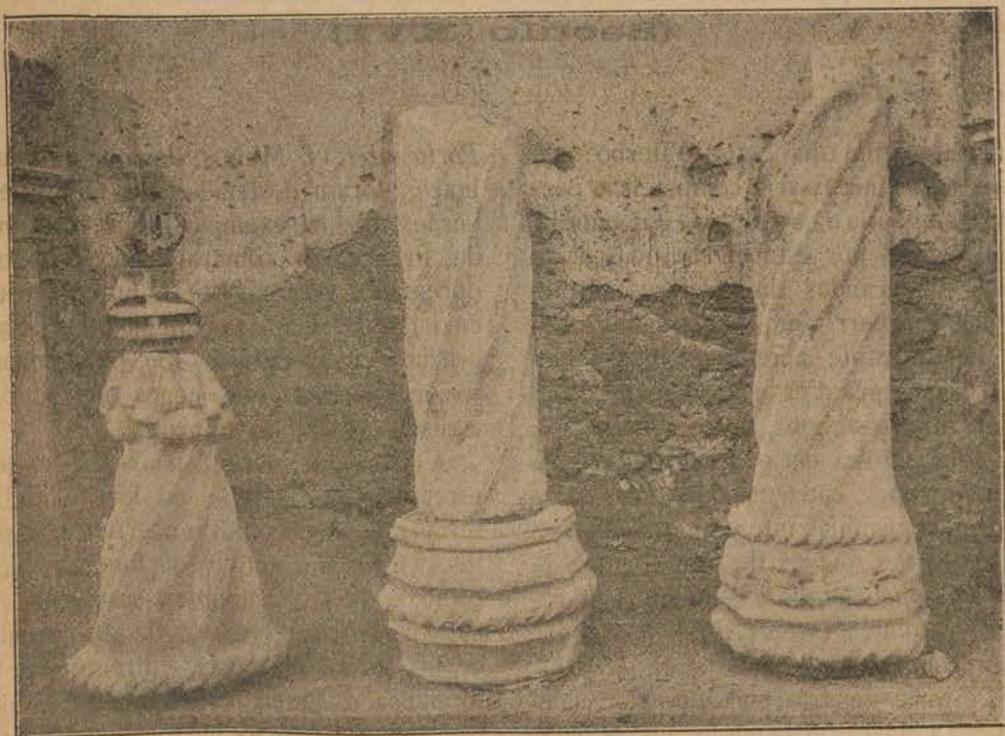
(1) *Boletim da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, vol. X, 4.ª serie, n.º 3, pags. 98-99. E' a abertura da serie de artigos sob o titulo de «Cruzeiros notaveis».

de justiça, arvorariam *pelourinho* seu. Elle seria então o monumento dos concelhos perfeitos (1), da classificação de Herculano, e daria justificado á forma como Raphael Bluteau o definiu: «he uma especie de columna en algu lugar publico da Cidade, ou Villa, em sinal de jurisdicção, que tem de exercitar justiça com pena de morte» (2).

A historia do povo é a historia das instituições municipaes, diz o sr. Gama Bar-

»desta palavra, como elemento politico» (1) Por isso, associado como anda o *pelourinho* ás regalias do povo, e estando estas á mercê do desenvolvimento da auctoridade local e seu regresso, esse padrão tem, como nas estradas de Roma os marcos milliarios para o espaço, um alto valor historico, geral e local, para a marcha da evolução da sociedade.

No *pelourinho* executavam-se sentenças de juizes municipaes, — *alvaxis* se chama-



GRAV. N.º 1 — OS TRES-FRAGMENTOS PRIMITIVOS DO PELOURINHO

ros (3), nas quaes se representa a resistência collectiva (4). «A historia da instituição e multiplicação dos concelhos é a historia da influencia da democracia na sociedade, da acção do povo na significação vulgar

vam caracteristicamente nos concelhos do typo de Santarem, a que o foral de Extremoz pertencia (22 de Dezembro de 1258) (2). Duas especies de sentenças, eram porém: — *exposição*, e — *flagellação*. A pena de sangue era na forca. Os foraes

(1) Alex. Herculano, id. id. vol. IV, pags. 117, 124, 135, 173, 179, etc., em especial 55 e ss., 121, e ss. e 401-402.

(2) R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez*, s. v. «pelourinho».

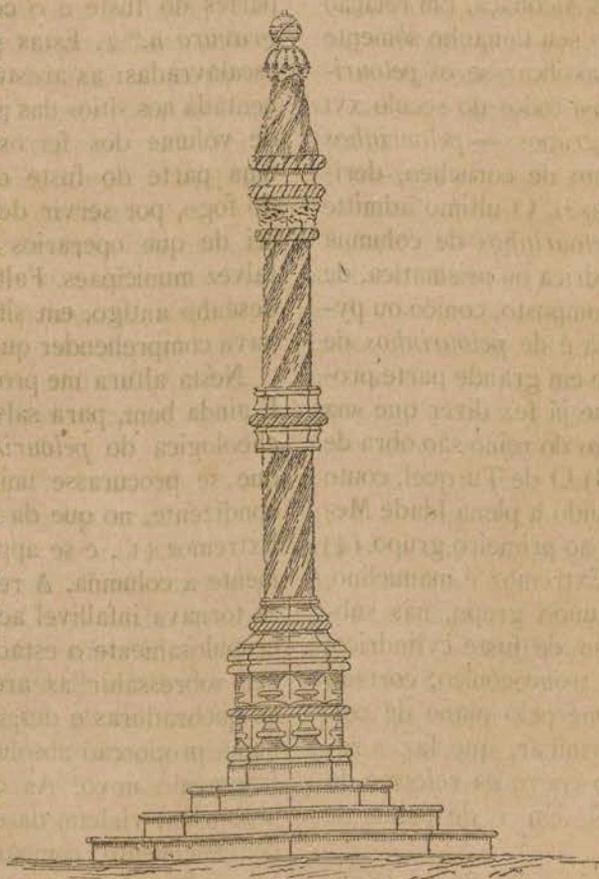
(3) Gama Barros, *Hist.ª da Administração Publica em Portugal*, vol. 1, pa. 476.

(4) Id. id. III, pag. 494.

(1) A. Herculano, *Hist.ª de Portugal*, vol. III, pag. 227. Gama Barros, *Hist.ª da Admin. Publica...* Vol. 1, pag. 477.

(2) Extremoz, «CARTA DE FORAL A SEUS MORADORES» «Chancel. de D. Affonso III, L.º 1, ff. 368.

regulavam a applicação de penas. Em Valle de Prados, terras de Bragança, havia *forca e picota* (1), no Porto *forca, pelourinho e algoz* (2). Innumeras terras conservam ainda na sua toponymia a tradição do local da forca; ha *Serras, Montes e Outeiros da Forca*. Em Extremoz, num monte sobranceiro á villa, para Norte, notam-se ruínas, que se percebe serem de annexos da forca. Pinho Leal distingue entre *pelourinhos e picotas*, aliás synonymos, e diz que a differença está em terem estas argolas de ferro, e aquelles não (3). Argolas pendentes de braços de ferro, ou cremalheiras presas a meio da columna, umas e outras serviam á maneira gaulésa (4), para expôr os criminosos ás vaías publicas do concelho, collectivamente attingido pelo delicto: — pena de *exposição*. Seguia-se a *flagellação* de varadas, com ou sem *mutilação*: mãos cortadas, ou orelhas (5). Em casos especiaes armava-se patibulo; assim foi justicado em Evora o



GRAV. N.º 2 — PELOURINHO DE EXTREMOZ (RESTAURADO)

duque de Bragança, D. Fernando II, em 21 de Junho de 1483, em um cadafalso ao pé do pelourinho da Praça de Geraldo (1).

«Se tentares publicamente contra el-rei, — diz no *Regicida* Camillo Castello Branco, — ainda que nem de leve o firas, sabes... que no Pelourinho te hão de decepar as mãos; e mutilado com horrendissimas agonias te hão de levar muito devagar até á forca...» (2). «Do Pelourinho ao patibulo o supliciado revelou enormes dores» (3). Chegado ao Pelourinho... conduziram-no pela corda a um patamar de taboado» (4). Em Sintra, num crime grave em Penaferrim, os réus foram expostos no *pelourinho*, nus de cinta arriba, no anno de 1805 (5).

O *pelourinho* «deu ensejo a grandes manifestações artisticas, da parte dos esculptores a que era confiada a sua fabrica.» (6) E' possivel que os primeiros *pelourinhos* fossem sobrepujados de gaiolas, como os piloris feudaes de França. Nos mais antigos que nos restam, a gaiola é um ornato de rematar a

(1) Pinho Leal, *Portugal ant.º e mod.º*, s. v. «pelourinho»; provisão de D. João II, 1496.

(2) Agostinho Rebelo da Costa, *Descripção topographica e historica da Cidade do Porto*, pag. 183.

(3) Pinho Leal, *loc. cit.* Cita-se Viterbo.

(4) Art.ºº de E. Gardel (s. v. «carcan») e Regelsperger («exposition») na *Grande Encyclopédie*.

(5) *Flagellação*: vê-se no tumulo de D. Ignês de Castro, em Alcobaça; cfr. o artigo de Manoel Monteiro, nos *Serões*, vol. IV, 2.ª serie, 1907, pags. 189 a 194. *Mutilação*: *clavifigetur in porta*, Alex. Herculano, *Hist.ª de Portugal*, IV, 84, 192, 193.

(1) Rocha Espanca, *Noticias de Villa Viçosa*, Redondo, 1892, pag. 151.

(2) Camillo Castello Branco, *O Regicida*, Lx.ª 1905, 4.ª ed., pag. 145.

(3) *Id. id.*, pag. 187.

(4) *Id. id.*, pag. 187.

(5) *Boletim da Assoc. dos Archit. e Arch.*, vol. X, 4.ª serie, pag. 151, artigo cit.

(6) Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 630.

columna: veja-se no tumulo de D. Ignês de Castro (sec. XIV), em Alcobaça, a flagellação de Christo, amarrado a um *pelourinho* terminado em gaiola (1); é evidente a reprodução, e talvez do de Alcobaça. Em relação a este accessorio, pelo seu tamanho sómente decorativo, podem classificar-se os *pelourinhos* portuguezes, quasi todos do seculo XVI em diante, em dois grupos: — *pelourinhos* de gaiola, e *pelourinhos* de corucho, derivante daquella (*picotas?*). O ultimo admite as subdivisões de *pelourinhos* de columna lisa ou estriada, cylindrica ou prismatica, de corucho simples ou composto, conico ou pyramidal. (2) A maioria é de *pelourinhos* de columna e corucho, e em grande parte provêm do sec. XVI, o que já fez dizer que «na maioria os *pelourinhos* do reino são obra de «el-rei D. Manuel.» (3) O de Turquel, couto de Alcobaça, é attribuido a plena Idade Media, e não pertence já ao primeiro grupo. (4)

O *pelourinho* de Extremoz é manuelino, e está incluído no segundo grupo, nas subdivisões do *pelourinho* de fuste cylindrico, estriado, de corucho troncocónico, cortado aqui o vertice do cone pelo plano de collocação da esphera armillar, que faz o remate. E' o *pelourinho* coevo da reforma do foral, por D. Manuel, em 1 de Julho de 1512.

Uma Camara Municipal de 1867 a 1871, segundo a tradição do lugar, mandou arriar o *pelourinho*, talvez por aceio como em Sintra, ou por ignominiosa memoria como o do Fundão, — um e outro já atraz mencionados. Os fragmentos dispersaram-se, e quando o Sr. Ernesto Vieira, zeloso funcionario da Camara, lembrou, e honra lhe seja, a ideia

de pôr de novo na praça de Extremoz o monumento do velho municipio de D. Affonso III, e de D. Manuel I, apenas havia, guardadas no mesquinho Museu Municipal, duas partes do fuste e o corucho. Vejam-se na *gravura n.º 1*. Estas porém estavam muito escalavradas: as arestas gastas, a pedra reventada nos sitios das juntas, por augmento de volume dos ferros de presa (*cróques*), uma parte do fuste desgastada pela acção do fogo, por servir de encosto do lume não sei de que operarios e em que obras, mas talvez municipaes. Faltava o pedestal, e um desenho antigo, em simples esboço, não deixava comprehender qual fosse precisamente.

Nesta altura me procurou aquelle Senhor. E ainda bem, para salvacão da esthetica archeologica do *pelourinho*. Ficou resolvido que se procurasse um pedestal manuelino condizente, no que da epoca se encontra em Extremoz (1), e se applicasse proporcionalmente á columna. A restauração, desde que se tornava infallivel aceitá-la, manteve escrupulosamente o estado primitivo; para fazer sobressahir as arestas, e desaparecer as quebraduras e desgastes, ou se desbastou numa proporção absoluta, ou se embrêchou fragmento novo. As desproporções que se observam, vinham da obra primaria, e, para convencimento, comparem-se os fragmentos sem restauro, na *gravura n.º 1* e o *pelourinho* restaurado na *gravura n.º 2*, este feito em desenho pelo habil artista Saavedra Machado, com o guia de um esboço eschematico, por onde o artifice canteiro de Extremoz, Antonio da Silva, nascido em Coimbra, executou o trabalho de restauração.

Todo de marmore, um rico marmore, branco puro, das pedreiras de Extremoz, pertence ao typo manuelino dos *pelourinhos* de Collares e de Sintra, «columna retorcida,

(1) Manuel Monteiro, *Pelourinhos de Portugal*, no vol. IV, 2.ª serie, de *Os Serões*, pag. 189-194, fig. a pag. 192.

(2) *Pelourinhos* de gaiola: Alcobaça (?), no tumulo de D. Ignês de Castro (Manuel Monteiro, *loco citato*); Castello Mendo, Mogadouro, Penas Royas, Sabugal, Arruda, Penacova, etc.; (*Livro das fortalezas*, de Duarte d'Armas, desenhador de D. Manuel I; Raczyński, *Les Arts en Portugal*, 423-426; Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, s. v. «pelourinho»; Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 630, fig. a pag. 464, de Pinhel.

(3) Ver a Revista *Artes & Letras*, 1874, pag. 49.

(4) *Boletim da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, vol. X, 4.ª serie, n.º 6, pag. 270-71, artigo de Silva Leal.

(1) Manuelino de Extremoz: *Capella do Senhor dos Passos*, na igreja do Convento de S. Francisco; *cruzeiro* (fuste) no adro desta igreja; a parte do *Convento das Maltêsas*, devida ao Infante D. Luis, filho de D. Manuel I; uma *casa* junto das Portas de Santarem; fragmentos nas immediações da cidadella e da torre de homenagem; diz Damião de Góes na III parte da *Chronica Del-Rei Dom Emanuel*, pag. 108, ed. 1566; que este rei «fundou de novo ho mosteiro de Sancta Clara Destremoz».

acabada em bico,» como ao Sr. Mena Cesar Junior descreveu um velho o desaparecido *pelourinho* de Sintra (1).

Em tres degraus octogonaes, assenta o pedestal de faces concavas, cortadas por uma moldura encordoada, preenchidas acima e abaixo d'ella pelas borlas manuelinas; uma base de molduras minguentes recebe o fuste. O pedestal mede  $1^m,95$  de alto, por  $0^m,45$  de largo. O fuste é dividido, pelo nó central, em duas partes, maior a de baixo; é estriado de arestas altas, helicoidaes, que deixam fundas meias canas entre si; e dobram-se em sentido *dextrorsum*; o nó, mui saliente, compõe-se de molduras de planos obliquos, symmetricos em relação ao toro medio de torcidos, com quatro espherazinhas em cannas alternadas.

A parte inferior do fuste mede  $1^m,17$  de alto e  $0^m,347$  de diametro; a superior,  $1^m,14$  e  $0^m,352$ ; o nó  $0^m,47$  de altura. (2)

O capitel faz corpo com o fuste superior; entre duas molduras torcidas, a inferior boleada, a superior cavada, tem o friso levemente reintrante, adornado de um festão de folhas de cardo; mede  $0^m,43$  de alto, por  $0^m,511$  de maior diametro. Por cima está o corucho troncoconico, de  $0^m,99$  de altura, e  $0^m,515$  na moldura encordoada da base; é de arestas torcidas como o fuste, mas excede-o por mais espesso e torcido. No alto um brocado, com cordões de borlas pendentes, sustêm a *empresa* de D. Manuel, a *esphera armillar*, cavada, de arcos salientes, tambem de marmore, com  $0^m,33$  de diametro. Os ferros das argolas cruzavam em

calhas, abertas entre o capitel e o corucho, metade em cada um.

Hade notar-se na *grav. n.º 1* e na *n.º 2* o contraste do remate da esphera. Antes de restaurado, o corucho terminava em cruz chata de ferro, que segurava uma corôa real do mesmo metal. Este remate não apparece na esphera manuelina, e na propria villa de Extremoz se vê na portaria do convento dos Maltesas, onde duas espheras, de remate espheroidal, ladeiam inferiormente a cruz de Christo. Por isso o *pelourinho* primitivo não acabaria assim. Ora via-se que a esphera, que encaixava pela base no corucho, a meio do curioso dispositivo do brocado, tinha sido voltada, cortado o remate, encaixada pelo plano de corte; e na base, então para cima, abriu-se uma ranhura circular, onde se adaptavam os bordos da corôa; segura ao meio da base, e saliente da corôa estava a cruz; o que deu motivo ao restauro do primitivo.

A modificação ter-se-hia feito, quando, depois da explosão do paiol installado no Paço de D. Denis (17-VIII-1698), o *pelourinho* foi removido da frente dos Paços Municipaes, deante d'elles, como sempre (era o *forum* do concelho), para o Terreiro de Santo André, junto das novas installações dos Paços do concelho. Ahi o aponta um manuscripto particular do seculo XVIII (2.<sup>a</sup> metade).

Os relevos esculpturaes são irregulares, facto tão curioso d'esse estylo polymorphico, chamado *manuelino*, onde o canteiro se subordinava ao valor decorativo do conjuncto. Aqui se nota no cardo do capitel, mais de relevo que perfeição de acabamento. As molduras encordoadas dobram irregularmente, e as adaptações dos diferentes elementos brigam em tamanhos, até a quebra de logica.

LUIS CHAVES.

(1) *Boletim da Ass. dos Arch. in loco citado*, pag. 151.

(2) A ligação faz-se por meio de *tairugos* (expressão technica local), ou seja o prolongamento estrangulado de um troço a encaixar em abertura do immediato.





## Carpideiras do Sol morto...

*A Augusto Mira da Silva*

O Sol morreu tal como um Christo novo,  
Nos braços alongados do Poente...  
Rezai-lhe vós ceifeiras, dôcemente  
Com vossas bocas onde assoma o Povo!...

Chorai-o bem que o Sol foi o pintor  
Que pintou vossos rostos de moreno,  
Dando-me a mim e á Tarde a mesma côr,  
Para nos egualar ao Nazareno!

Erguei ao ar as vozes, raparigas,  
Que lá em cima voltareis a vê-las:  
Quando virem no céu muitas estrelas,  
E' que acertaram lá vossas cantigas...

Minhas irmãs, tal como eu trigueiras,  
O Sol já morto em nossos rostos arde:  
Sejam dêle as piedosas carpideiras,  
Que eu eserevo este epitáfio sobre a Tarde!

# Dialectologia alemtejana

## I

Quasi pode considerar-se, hoje, logar comum o dizer-se que o estudo da dialectologia é dos mais interessantes pela importancia que reveste, não só para o inventário completo, tanto quanto possível, duma lingua, mas ainda para a resolução de muitos problemas de psychismo colectivo, de relações e afinidades ethnicas, de costumes e tradições que tanto importam ao conhecimento cabal da maneira de ser dum povo. Comtudo nem sempre assim se pensou e, ainda agora, não são, porventura, muitos os que por tal assunto se interessam, sendo, pelo contrario, em barda aqueles, ainda entre os letrados, que consideram materia tal migalhos com que apenas possam comprazer-se espiritos futeis, incapazes de trabalhos de mór folego e tomo. E' essa uma forma de vêr que não resiste à mais perfunctoria analyse, e não será ella, sem duvida, que impere sobre o nosso espirito a ponto de alguns artiguinhos deixarmos de escrever ácerca da dialectologia alemtejana, uma das mais ricas e interessantes da bem larga área linguistica do português.

E' o nosso trabalho ensaio despretençioso dum simples curioso neste ramo de saber a que em Portugal teem dado tanto brilho e tão grande autoridade os meus illustres e eruditos colegas e queridos amigos drs. Francisco Adolpho Coelho, o mestre dos mestres em questões linguisticas, o homem a quem a sciencia da linguagem mais deve na nossa terra, e José Leite de Vasconcellos, investigador incansavel, cuja vida tem sido nobre exemplo de trabalho honesto em prol do desenvolvimento scientifico português em campos entre nós pouco apreciados por in-

compreendidos. São, pois, apenas fracas achegas as que eu poderei acarretar para o edificio da dialectologia nacional, mas, tais como são, representam o fructo de algum trabalho e do muito amôr que me merece a região portugüesa onde tive a ventura de nascer.

Antes de entrarmos na parte lexicologica, para a qual temos colligido regular numero de vocabulos, bastantes d'elles desconhecidos dos dictionaristas portugüeses, exporemos alguns fenomenos de character grammatical sobremaneira interessantes, que caracterizam a dialectologia alemtejana.

Phoneticamente o alemtejano faz a metathese do *o* da silaba iniciada por dental e terminada pela liquida *r* e, assim, o verbo dormir tem no Alemtejo a forma *drumir*, estorvar a *estrovvar*. D'esta sorte, o primeiro d'estes verbos apresenta na sua conjugação as seguintes formas: *drumo*, *drômes*, *dromia*, *dromirei*, *dromiria*, *druma*, etc., e o segundo *estróvo*, *estrovava*, *estrovi*, *estrovarei*, *estrovavia*, *estrovei*, etc. E' claro que identica alteração phonetica se apresenta nos substantivos *dormideira* e *estorvo* que tomam respectivamente as fórmulas *drumideira* e *estrovo*. O mesmo se dá com a sillaba *gar*, que se pronuncia *gra* ou *gre*, como nas formas *graganta* e *greganta*, modalidades alemtejanas de garganta.

O preterito perfeito definido dos verbos, qualquer que seja a conjugação a que pertençam, tem sempre a primeira pessoa do singular em *i*, como nos mostram as formas seguintes da primeira conjugação: *ami*, *lavi*, *louvi*, *canti*, *amassi*, *festiji*, *dansi*. Se pôrêm, o alemtejano, por qualquer motivo, quer

ser bem falante e provar que também é capaz de fallar á *politica, como a gente fina*, não está com meias medidas e, d'uma assentada, converte a terminação *i* em *ei*, embora, é claro, só quando entende que deve provar que, se falla d'outra maneira, é porque quer, pois que elle, como então o está provando, sabe bem como se dizem as cousas á moda da cidade. E, nestes casos, é ouvir o *já comei, já bebei, já fugi*, ao lado dos muito correctos cantei, louvei, amassei, etc.

E' frequente também o emprego do preterito mais que perfeito do indicativo pelo imperfeito do indicativo, dizendo-se geralmente *tivera de fazer* por *tinha de fazer* e outras construções semelhantes. Como acontece em muitas outras regiões do país, que não só no Alentejo, as formas preteritas do verbo *haver* são formadas immediatamente do presente do infinitivo, juntando ao radical o suffixo do preterito *i*, dando, assim, as formas *havi, haverá, havesse*.

A supressão das vogais finais precedidas de liquida não se dá, em regra, no dialecto alentejano, podendo asseverar-se que, quando, por acaso, tal supressão se dá, é devida á acção de elementos estranhos á região. A vogal final persiste, pois, sempre depois de *r* ou *l*, qualquer que seja a categoria grammatical da palavra. A vogal, todavia, varia segundo as localidades, sendo de notar que as variantes se dão muitas vezes até em povoações do mesmo concelho. Devido a este facto, e porque as variantes são apenas entre *a*, *e* e *i*, encontram-se as seguintes formas divergentes, entre muitas outras da mesma categoria: *passera, passeari, passeare; lambera, lamberi, lambere, comera, comeri, comere, bebera, beberi, beber, lavara, lavari, lavare, tera, teri, tere*, formas verbais nos infinitivo presente; *azula, azuli, azule, soli, sole, quintali, quintale, fusili, fusile, alcacêri, alcacêre; mandili, mandile*, etc. respectivamente pelo adjectivo azul, e pelos substantivos quintal, fusil, alcacêr, mandil.

O ditongo *ei* igualmente não existe no dialecto Alentejano e assim pronuncia-se correntemente *estanhêra, pilhêra, cantarêra,*

*molhêra, palêra, manêra, quêjêra, quêjo, êxo, foguêra, marotêra, olivêra, fêjão, lê-tão*, etc. O mesmo acontece, mas não com tanta generalidade, ao ditongo *eu*, sendo vulgar a pronuncia dos pronomes eu, meu, teu, seu, como *ê, mê, tê* e *sê*, não sendo tão pronunciada a simplificação do ditongo nas formas verbais, em *eu*, como *deu, beveu, prometeu*, nas quais se pode perceber na pronuncia corrente a existencia do ditongo, embora muito attenuado.

As vogais nasais, muito especialmente *em* e *ão*, são pouco feridas pela nasalização, dizendo-se vulgarmente *tê, bê, nè, sã, tâ*, por *tem, bem, nem, são e tão*. Ao contrario, a nasal *om* é fortemente pronunciada e alongada em algumas povoações, sendo vulgar ouvir-se proferir *bom* e outros termos da mesma consonancia com tal prolongamento na emissão da nasal, que causa espanto a todos cujos ouvidos não estejam familiarizados com tal modalidade dialectologica.

O ditongo *ou* proveniente do *au* latino ou da vocalização do *c* do grupo consonantal latino *ct* é geralmente desconhecido no Alentejo, onde tem a forma *oi*, também preponderante em outras regiões portuguezas. D'este facto resultam as formas *toiro, toirada, oiro, tesoiro, estoiro*, etc. Não devemos, porém, passar em silencio o facto de em algumas povoações, especialmente nas que ficam na margem esquerda do Guadiana e, portanto, mais vizinhas da fronteira hespanhola, o ditongo *oi* quasi desaparecer, pronunciando-se muito perto da forma castelhana *oro, oro, tesoro, estoro*, etc. E' curiosa esta tendencia para a simplificação do ditongo, que já notámos a proposito de *ei* e *eu*, e que também se manifesta em *ai*, pois no Alentejo se não diz *caixeiro*, mas sim *cáxêro*, embora se diga *taipa, entaipar*, nem se diz *baile, bailar, chaile*, mas sim *bálho, bálhar* e *chále*, sendo de notar nos dois primeiros termos o molhamento do *l* intervocalico.

Curiosas são também algumas expletivas, todas ellas de character local, pois que nós o sabemos não ha nenhuma cuja area vá além duma povoação. Entre as mais curiosas ocor-

rem-nos as seguintes: *nhê* com a variante *lhê* no mais alto Alemtejo, como em Niza; bom! na margem esquerda do Guadiana, como em Mourão. Suponhamos que dois alemtejanos de Niza, por exemplo, se encontram e travam conversação; se prestarmos atenção ao que dizem, ouviremos expressões como estas:

«— Vais a Lisboa?

«— *Lhê* (ou *nhê*) não vou.

«— Já foste ó confesso?

«— *Lhê* (ou *nhê*) já fui.

Se o dialogo fôr entre pessoas da margem esquerda do Guadiana e ainda nalguns pontos do médio e do baixo Alemtejo, a variante será esta:

«— Vais a Lisboa?

«— *Bom!* não vou.

«— Já foste ó confesso?

«— *Bom!* já fui.

Evidentemente estas expressões *nhê*, *lhê*, *bom!* e, noutros pontos ainda, *ora*, tá bé (por está bem) são meramente expletivas, pois nenhuma função grammatical exercem na phrase e servem apenas para introduzir qualquer expressão, seja esta afirmativa ou negativa.

O emprego da forma *muito* é desconhecido na mór parte do Alemtejo; nem sequer na forma nasalada *muinto*, vulgar de resto em alguns outros pontos do país, apparece em uso espalhado. A forma usual é *mun* e, por vezes, embora com pouca frequencia *muin* em que a ditongo mal se deixa perceber. A nasalacão de *mu* forma que proviria de *mui* não ditongado, é phenomeno de ordem geral em linguagem portuguesa, na qual, como é facil verificar-se, os menosillabos iniciados por nasal se nasalizam. O *muito* a que nos estamos referimos é o adverbio; quando adjectivo ou pronome *muito*, no ma-

culino singular tem a mesma forma do adverbio *mun* ou *muin*, mas no feminino quer singular, quer plural, adapta as formas *munta*, *muintas* e no plural masculino *muntos*, *muintos*. Esta ultima forma, bem como a correspondente feminina, encontra-se com frequencia em outros pontos do país; ao passo que a *mun* é, parece-nos, privativa do Alemtejo.

Ha no Alemtejo, como em outros pontos do país, o costume de dar a forma feminina aos apellidos de familia. Assim, sendo muito espalhados na provincia transtaganã os apellidos Leitão, Zorro, Lobo, Barrigudo, *Panêro*, Guerrêro, etc., as mulheres d'essas familias são Leitoa, Zorra, Loba, Barriguda, *Panêra*, *Guerrêra*, por exemplo Maria Leitoa, Antonia Zorra, Joaquina Loba, Isabel *Panêra*, etc.

Algumas outras características se encontram no dialecto alemtejano, que iremos indicando á proporção que formos publicando o vocabulario que compilámos, porque o arido do assumpto para muitos leitores aconselha-nos a que não abusemos extraordinariamente da sua paciencia. Comtudo, releve-se nos a quiçá temeridade do caso, não desejamos concluir estas ligeiras notulas e considerações sem estamparmos ainda um factó referente aos verbos da segunda conjugação, cuja vogal da penultima sillaba, como em escrever, beber e ceder, é e fechado. O factó é este: a segunda e terceira pessoas do singular do presente indicativo, ao contrario do que acontece em outros pontos do país, nos quais o e fechado passa para e aberto, dizendo-se, escreves, escreve, bebes, bebe, cédes, céde, conserva-se fechado, proferindo-se bebes, bebe, escreves, escreve, cédes, céde, o que se repete nas formas imperativas.

AGOSTINHO FORTES.



## Sinfonia da Rainha-Morte

*Versos meus de oiro e gloria, resplendentes,  
loiros delfins e pagens de alta grei,  
Trazei-me as ricas vestes mais luzentes,  
dae-me a corôa: ornamentae El-Rei!*

*Grandes do Reino, Marechaes, erguei  
os fulvos gládios de aço, omnipotentes,  
que entre as trombetas ditam minha lei  
nos campos de batalha, ao mundo e ás gentes...*

*Damas de honor, marfins do meu desejo,  
Princêsas e cardeaes, formae em linha:  
organisae o funebre cortejo.*

*Veste de luto e gala, oh minha corte!  
vamos beijar as mãos e o anel da minha  
e unica esposa fiel, Rainha-Morte!*

MARTINHO NOBRE DE MELLO.



## Sinfonia do Silêncio

*Choupos, calai-vos, por amor dos céus  
Que o Silêncio já rompe a sinfonia:  
A Natureza espera a eucaristia,  
Vai tudo agora comungar com Deus!*

*Surgem compassos: lentos de morrer,  
Evocam virgens numa procissão,  
Hinos, bailados, vozes de oração,  
Visões mil, que ninguem sabe dizer.*

*Não ha em Wagner uma partitura  
Que tanto fira a nota da amargura,  
Nem ha batuta tão serena e destra...*

*O' Silêncio, maestro genial,  
Mago do som e artista sem igual,  
Que maravilha que é a tua orchestra!*

CÉSAR DE FRIAS.

# Eça de Queiroz em Evora

Ha um trecho da vida de Eça de Queiroz — mero episodio — de poucos conhecido e de muitos totalmente ignorado.

Recordar esse episodio d'esta forma aumentando o *dossier* que ha a respeito de Eça, valorisar tal tentativa com alguns trechos completamente desconhecidos, afigurou-se-me empreza facil de tentar e digna de se conseguir.

N'uma publicação que especialisadamente inquerê da vida alentejana — Eça de Queiroz director d'um semanario eborense — é assumpto com o logar marcado.

Sem remontar á sua vida academica, no bosquejo que vou traçando, bastará saber-se que apoz a formatura em direito no verão de 1866, Eça veiu até Lisbôa e aqui se demorou até finados do anno, n'uma deambulação pelos centros de literatura e conversa, não totalmente inactivo mas pelo menos sem orientação definitiva na sua vida.

Forma-se então em Evora uma empreza jornalística que convida Eça para director. Como o seu nome foi sugerido para a redacção do *Distrito de Evora*, ignoro-o, a não ser que se atribua ao seu renome literario, evidenciado nos folhetins da *Gazeta de Portugal* que são d'essa época.

Tive ensejo de folhear na Biblioteca de Lisbôa a colleção do *Distrito de Evora* e d'esta forma reconhecer em Eça um pouco o Agostinho Pinheiro, redactor da *Voz do Distrito no Crime do Padre Amaro*.

«Agostinho fazia o fundo, as locaes, a correspondencia de Lisbôa».

E' conhecido este *processo* de Eça de esmaltar os seus livros com episodios a si succedidos.

De forma que seria absolutamente verosimil a suposição de que Eça forjava no *Dis-*

*trito de Evora* correspondencias de Lisbôa, umas literarias outras politicas assignadas com as iniciaes A. Z., fazia o folhetim, locaes, o fundo, se o estilo o não denunciasses d'uma maneira evidente.

A collaboração de Eça deve ter-se iniciado com o seguinte introito, inserto no primeiro numero do *Distrito d'Evora*.

«Emquanto pela triste força dos factos, pela «influencia da tradição, pela obediencia inerte «dos espiritos, pelo adormecimento das convenien- «cias, pelo amedrontamento das almas, pelas pre- «dominancias estereis, pela força dos interesses «pequenos, pelo afrouxamento dos sentimentos li- «vres, pelo abaixamento moral, pela fraqueza, «pela indolencia, por tudo isto, os interesses d'este «territorio forem despresados, os desenvolvimen- «tos impedidos, as livres consciencias esmagadas. «a acção abafada, as administrações descuradas. «todos os elementos fecundos suffocados, um jor- «nal que procure representar o Direito, a Justiça. «a Razão, o Principio, a Consciencia moral não «será por certo inutil.

Não decorreu placida a vida jornalística de Eça, posto que efemera tivesse sido a duração do *Distrito d'Evora*.

No decurso de 6 de janeiro de 1867 a 4 de agosto do mesmo anno, sustentou Eça no *Distrito d'Evora* polemica com o jornal da opposição *A Folha do Sul*, a razão da qual não me foi dado averiguar.

A vida de Evora, sedentaria e banal, enfastiou Eça de Queiroz, e este, em agosto de 1867, resolve pôr termo á sua vida de jornalista e iniciar vida seria, vindo para Lisbôa, estabelecer banca de advogado no Rocio n.º 26... 4.º andar.

Faculta-nos a leitura do *Distrito d'Evora* trechos de apreciavel valor, aqueles onde se vinca o estilo de Eça.

Em folhetins, começou a escrever um conto, *O rei Thadeu*, que não chegou a completar.

Não concluirei este bosquejo, sem o traslado d'alguns trechos, indubitavelmente de Eça, valorisação esta do agrado de todos e que para mim será justificação do artigo.

### A chronica

A chronica he como que a conversa intima, indolente, desleixada do jornal com os que leem; conta mil coisas sem systema, sem nexos: espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade: falla das festas, dos bailes, dos theatros, das modas, dos enfeites: falla em tudo, baixinho como se faz ao serão, ao brazeiro, ou ainda de verão no campo, quando o ar está triste: ella sabe anedotas, segredos, historias d'amores, crimes terríveis: espreita, por que não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente como faz a lua, outras vezes alegre e robustamente como faz o sol: a chronica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China: ella conta tudo o que pode interessar pelo espirito, pela belleza, pela mocidade; ella não tem opinião, não sabe do resto do jornal; está aqui nas suas columnas cantando, rindo, palrando; não tem a voz grossa da politica, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do critico; tem uma pequena voz serena, leve e clara com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.

A chronica he como estes rapazes que não teem morada sua, que vivem no quarto dos seus amigos, que entram com um cheiro de primavera, alegres, folgasões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos fallam de tudo, que se apropriam de tudo, do nosso papel, do nosso collarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fadigam mesmo e quando se vão embora nos deixam cheios de saudades.

### A cantiga

As cantigas, os cantos populares, a canção é um meio seguro e activo da propagação de uma ideia; mais activo do que o pamphleto, a canção pela melodia do ritmo musical, pela cadencia do verso, pela precisão da forma, pelo seu espirito leve prende mais as intelligencias e fica mais fortemente na memoria. A canção he uma lingua

sempre clara e facil para ensinar e mover as classes populares.

A sua intelligencia, menos exercida precisa de certas formas para comprehender nitida e rapidamente o fundo de uma ideia; o povo pensa pouco e vive muito da sensação, as dissertações, as explicações profundas, as argumentações demoradas, não o commovem, passam no seu espirito, como um sopro sobre o crystal, não deixam eco. Os pensamentos que é necessario collocar na alma do povo devem-lhe ser apresentados com uma formula viva, nitida e concisa, ou de uma maneira insinuante e dramatica; por isso os dois mais fecundos meios de propaganda são a canção pela sua forma viva e concisa, o pamphleto pela sua maneira insinuante. Ora o pamphleto he um meio de vulgarisação muito menos rapido que a canção, o pamphleto procede por deducções e provas, explica, disserta: a canção procede por aphorismos e maximas; o pamphleto é um raciocinio, a canção he um grito.

Assim ella tem-se prendido á vida dos homens, e introduzido no movimento vital dos povos; a canção espera o homem quando elle nasce e emballa-o: depois alegre-o na mocidade e no amor: consola-o no trabalho e chora-o muitas vezes na morte.

Para o povo a cantiga he uma expressão de alegria, de tristeza, de sofrimento, d'entusiasmo e de gloria. Não ha movimento popular em que não entre a cantiga, ou precedendo, ou acompanhando ou seguindo: ordinariamente precedendo porque tem bravura, generosidade e entusiasmo: o canto é fortificador, é o livre respiradoiro das almas abafadas: os que cantam consolam-se, parece que a musica quando sae dos labios tem o poder de arrastar, para se dissiparem no ar todas as tristezas do peito; o povo sentiu isto quando inventou aquelle adagio jovial: quem canta, seus males espanta.

Nas luctas populares ella ouve-se primeiro do que o ruflar dos tambores; e depois não ha luto ou triumpho na vida dos povos que ella não tenha deplorado ou celebrado. Alguem disse já que a canção tinha morrido; a canção não pode morrer porque he um dos instinctos do homem.

Ha povos incultos de lingua barbara que teem canções; ha homens solitarios que se aproximam raramente da vida social e do movimento apaixonado da politica e da liberdade, que tem canções.

A canção, expressão da melancolia, do amor, de enthusiasmo, só morrerá se estes sentimentos morrerem, ella é como o suspiro, como o grito, movimentos naturaes da alma.

• Ainda que morresse como genero litterario, nunca morreria como influencia e expressão popular.

Os tristes, os desherdados, os pobres, os opprimidos quando tudo lhe falta, o pão, o lume, o vestido, teem sempre no fundo da alma uma cantiga pequena que os consola, que os aquece, que os alegra. E' a ultima coisa que fica ao pobre. E então a cantiga vale mais que todos os poemas.

### Sobre a caricatura

Em politica a caricatura é de boa guerra. E' uma arma terrivel mas não desleal: porque se exagera o falso é para impedir, que haja alguém que caia n'elle: a caricatura diz de mais para que nós digamos apenas o sufficiente.

E' algumas vezes necessario para a fazer comprehender uma certa relação, que se encham os termos da proporção. Muitas vezes é impossivel ser comprehendido por todos sem a condição de exagerar, de deformar, de desproporcionar.

A caricatura é o espelho que engrossa as feições e torna os objectos mais salientes. O'Connel quando falla da camara alta n'um meeting, julga-se obrigado a estender o perfil de Lord Wuschel-sea e as orelhas de Lord Lyndhurst.

A caricatura politica data da epoca em que começou o que se chama o espirito politico.

No tempo de Fronda ella fazia tremar Riche-lieu sob o seu vestido vermelho e mais tarde refugia-se na Hollanda para perturbar Luiz XIV na sua grandeza. Os inglezes, diz-se que fizeram as primeiras creações da caricatura antes dos francezes: entre os inglezes, a caricatura tem uma liberdade illimitada, e por vezes, a sua caricatura, é picante, incisiva, muito longe do que nós sabemos do espirito do John Bull e do peso especifico dos seus epigrammas.

Em França onde o espirito é mais delicado, onde o character é leve e fino, é necessario pulverisar a graça com muito sal, para agradar ao paladar pouco afinado da multidão.

A caricatura é o meio mais poderoso de desacreditar, no espirito do povo os maus governos.

E' o mais rude castigo que se pode infligir á sua injustiça e baixesa. A caricatura faz mais que tornar-os odiosos, torna-os despreziveis: assim veja-se como a temam e como a vigiam. Nada que os comediantes da scena politica tanto temam com os lapis da caricatura. Phillipon, Daumier, Travies, Grandville, Monnier, podem dizer as vezes que os seus admiraveis desenhos deram insomnias aos homens de estado de Luiz Fillipe e lhes serviram d'aspero remorso!

Ha uma anedocta do tempo de Luiz xv que denota bem o poder terrivel da caricatura.

Para poder ganhar uma aposta, um homem tinha engulido um franco que lhe ficou na garganta e que quasi o matou. N'aquelle tempo fallava-se

muito do celebre abbade Terray, insigne pelas ladroeiras politicas, por falsificar a moeda e por umas celebres inscrições que diminuam certo valor estabelecido.

Ao ver o homem esganado um engraçado disse: «isso não é nada, chama-se o abbade Terray que começa a cercear o franco, tira-lhe 50 centimos, depois roe-o mais e tira-lhe 40 e d'ahi a pouco o franco que podia matar, torna-se n'uma pequena moeda d'um centimo.»

Este gracejo foi traduzido n'um espirituoso desenho, onde se via o financeiro Terray operar na garganta do paciente a redução do franco a centimo. Por baixo lia-se, *operação financeira*: Todos conhecem que sangue frio e que cynica indifferença tinha o abbade: pois bem, aquella tenacidade impassivel que não teriam nem pamphletos nem injurias, foi derrubada por aquella simples caricatura, e já por fim não sahia com medo de ver a caricatura pintada nos muros, vendida pelas ruas, cantada em todas as sallas. A grande epoca brilhante da caricatura foi depois da revolução de julho em França. Então até se creou em Paris, uma folha especial de caricatura. As leis de setembro forçaram a caricatura politica a desaparecer da França: só em Inglaterra tudo tem livre accesso.

Mas a caricatura é mais forte que as restrições e que as prohibições. E' immortal porque é uma das facetas d'aquelle diamante que se chama a verdade. Ella está em despeito das leis, nos palacios, como nas ruas, está sobre as cadeiras da camara como sobre a casaca safada d'um velho ministro.

De resto a caricatura só é perigosa quando fere com justeza e com justiça; se é falsa e injusta, só excita o tedio e cae então dos aitos das suas pretensões espirituosas. Assim como é inutil e inerte quando procura atacar um grande principio, um grande facto moral ou uma grande verdade. Um governo forte e popular resumindo em si toda a dignidade d'uma nação e fazendo grandes coisas, não se inquieta com os sarcasmos da caricatura. No triumpho de Paulo Emilio, a canalha, que ordinariamente seguia o carro, preparava-se para achincalhar com gracejos, e farças a marcha victoriosa do consul; mas quando apareceu vestido de punpura, e com as insignias supremas, o vencedor de Perseu, o canalha ficou muda deante d'aquelle grandeza e d'aquelle virtude.

Nos tempos de indigencia literaria que passam, seria uma salutar e importante obra, uma *plaque* onde se republicassem os trechos de Eça, perdidos n'uma folha provinciana ignorada e esquecida.

LOBATO ADEGAS.

# Ponto final

## Fialho de Almeida

Leram no 1.º numero da *Terra Nossa* o artigo de Garcia Pulido:—*Fialho de Almeida?* Vejam o que uma pessoa de familia d'este, José Fialho Pereira, nos informa, ácerca do autor dos *Gatos* e da *Madonna do Campo Santo*.

«Peço desculpa a V. em lhe fazer uma observação. Na pagina 3, em que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Garcia Pulido fala da irmã de Fialho de Almeida, que morreu tísica, não é assim; morreu duma lesão. O outro, *desgraçado matoide que mal fala*, não anda tostado pelo trabalho, de arreatas ao ombro, nem foi almocreve. (Se é do irmão de Fialho que fala). Informo-o de que o irmão de Fialho em creança, com tres annos d'idade, um visinho (Francisco de Carvalho) correu atraz do petiz, dizendo-lhe «ai que te apanho», e a creança, correndo adeante d'ele, assustou-se tanto que teve um ataque nervoso, tão forte que cahiu prostrado. E até hoje tem continuado a ter ataques. Aprendeu a ler e escrever com o pae, mas não pode fazer serviço algum, devido á molestia que o atacava. Viveu sempre em casa dos paes, sem se occupar em mister algum.

«Morreu por ultimo Fialho de Almeida, e vive tal como d'antes em casa que foi dos paes, em minha companhia e de minha mulher, sobrinha da mãe de Fialho. Para ilucidiação do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Garcia Pulido, faço esta observação...».

## D. Maria da Assumpção Cardoso

Em Lisboa, onde residia, falleceu a 25 d'agosto passado esta senhora. O seu fallecimento não lembrou aos jornaes uma palavra de sympathia. Pois D. Maria da Assumpção Cardoso foi a mãe do delicadissimo poeta José Duro e a sua companheira d'infortunio n'esta vida. Tambem foi mãe do nosso amigo Romeu Duro.

Não lhe dedicar duas palavras de saudade n'este numero da nossa revista sobre ser uma ingratição seria uma injustiça. A's pessoas queridas de D. Maria da Assumpção Cardoso e a sua ex.<sup>ma</sup> familia ficam d'esta maneira expressas as nossas condicencias.

## Registo

*Fel* (José Duro). — Esta redacção recebeu pendorada a offerta do *Fel* que lhe foi obsequiosamente feita por Romeu Duro irmão do poeta. Neste registo nada teremos que dizer a tal respeito salvo confessar o nosso muito reconhecimento. Sobre «Jôro» fallam os preciosos ineditos que a *Terra Nossa* hoje publica assim como o artigo do nosso collaborador Theophilo Junior.

## Gralhas

Algumas passaram que não podem ficar sem emenda. No 1.º numero no inedito de Fialho a pag. 7, 2.<sup>a</sup> coluna, 28.<sup>a</sup> linha, lê-se «imundo vale ceifado» quando se devia ler «immenso vale ceifado».

Um jornal de Beja protestou e com justa razão.

No 2.º numero, no artigo «Conde de Monsaraz», pag. 19, 2.<sup>a</sup> coluna, 6.<sup>a</sup> linha lê-se «maiores em relação» quando devia ser «menores em relação». E finalmente no inedito a Lavradora do Freixo», pag. 24, 2.<sup>a</sup> coluna, verso 12.º lê-se «quando ouve ao os chocalhos» quando devia lêr-se «quando ouve o som dos chocalhos».

Ficam deste modo rectificadas as gralhas.

## Exposição de arte local alentejana

Na *Associação dos Archeologos Portuguezes*, nas ruinas do convento do Carmo, em Lisboa, haverá brevemente uma exposição de *Tapetes de Arrayolos*. Promovida pela revista *Terra Portuguesa*, em cujo n.º 7 vem publicadas as condições do programma (pag. 7), deverá ser uma manifestação curiosa e salutar d'essa nossa velha e extincta industria artistica, caseira. Que d'ella surja um bello renascimento, são os votos que fazemos.

## A nossa capa

O desenho da capa d'este numero da *Terra Nossa*, é um trabalho delicado de Gil Romero, discipulo do mestre Columbano, na Escola de Bellas Artes de Lisboa. Em exposição e livros, tem apresentadas aguarellas que são sempre das melhores. Esta capa, cujo original é uma aguarella a côres, não deprecia o valor que deixa exposições traz firmado.

Entre outros artigos, lêr no 4.º numero da TERRA NOSSA:

Antonio Thomaz Pires . . . . .	<i>Antonio Sardinha</i>
Elogio dos claustros (poesia) . . . . .	<i>Theophilo Junior</i>
Viação romana no Alentejo. . . . .	<i>Felix Alves Pereira</i>
Emigração do Sul para o Brazil . . . . .	<i>Moreira Telles</i>
Serra de S. Mamede (poesia). . . . .	<i>Francisco Beliz</i>
Dialectologia alentejana (2.ª parte) . . . . .	<i>Agostinho Fortes</i>
A' Perturbadora (poesia). . . . .	<i>Hernani Cidade</i>

Capa: «*Vaccão*» alentejano, maquette de Raul Xavier



Preço da assignatura

**Portugal:** Semestre 60 centavos, accrescendo as despezas de correio, para fóra de Lisboa.

**Brasil:** Anno 6000 réis francos.

**Estrangeiro:** Anno 7 francos.

**Pagamento adiantado**

Numero avulso, 10 centavos

**Não se acccita collaboração, sem ser solicitada**

01

# Acceitam-se annuncios



Trata-se na Administração

**Rua de D. Pedro V, 158, 3.º - LISBOA**